

ABRINDO CAMINHOS ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS POR UMA INCUBADORA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Flávia Almeida Pita¹
José Raimundo Oliveira Lima²

Resumo/Abstract

A partir da reconstituição e análise de aspectos das relações entre a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, situada na zona rural de Feira de Santana (Estado da Bahia, região Nordeste do Brasil), e a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária, programa de extensão e projeto de pesquisa interdisciplinar da Universidade Estadual de Feira de Santana, pretende-se refletir sobre o papel assumido pela extensão e pesquisa universitárias nos processos de luta por trabalho e autonomia comunitária e pelo que se denomina *desenvolvimento local solidário*, conceito cujos sentidos, alcance e contradições se coloca sob discussão. No texto, a reconstituição dos caminhos que aproximaram a equipe da IEPS e a Comunidade é seguida por reflexões sobre possíveis papeis que podem ser assumidos pela Academia no processo de produção local e comunitária de um *outro* desenvolvimento, que igualmente pode proporcionar a reconfiguração do sentido e dos usos do conhecimento científico.

Palavras-chave: desenvolvimento. incubadora universitária. conhecimento científico. Comunidade Quilombola

OPENING PATHS BETWEEN UNIVERSITY AND COMMUNITY: REFLECTIONS ON DEVELOPMENT BASED ON EXPERIENCES EXPERIENCED BY AN INCUBATOR WITH A POPULAR AND SOLIDARITY ECONOMY AND A QUILOMBOLA COMMUNITY

Based on the reconstitution and analysis of aspects of the relations between the Quilombola Community of Lagoa Grande, located in the rural area of Feira de Santana (State of Bahia, Northeast region of Brazil), and the Incubator of Popular and Solidarity Economy Initiatives, program of extension and interdisciplinary research project of the State University of Feira de Santana, it is intended to reflect on the role assumed by university extension and research in the processes of struggle for work and community autonomy and for what is called solidary local development, a concept whose meanings, scope and contradictions are under discussion. In this text, the reconstitution of the paths that brought the IEPS team and the Community together is followed by reflections on possible roles that can be assumed by the

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil. Email: fpita@uefs.br.

² Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil. E-mail: zeraimundo@uefs.br

Academy in the process of local and communitarian production of another development, which can also provide a reconfiguration of meaning and uses of scientific knowledge.

Keywords: development. university incubator. scientific knowledge. Quilombola Community



Introdução

Pretendemos, neste texto, refletir sobre o papel que pode ser assumido pela extensão e pesquisa universitárias no bojo de processos de luta por trabalho e autonomia comunitária e pelo que denominaremos de *desenvolvimento local solidário*, conceito cujos sentidos, alcance e contradições se pretende em simultâneo colocar sob discussão.

Para tanto, valemo-nos da reconstituição e análise de alguns aspectos das relações estabelecidas entre a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, situada no Distrito de Maria Quitéria, zona rural do município de Feira de Santana (Estado da Bahia, região Nordeste do Brasil), e a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS), programa de extensão e projeto de pesquisa interdisciplinar da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), cuja equipe é integrada pelos Autores.

A atuação da IEPS constroi-se em torno da categoria *Economia Popular e Solidária*, entendida como espaço de práticas de reprodução da vida que, a despeito da hegemônica prevalência da lógica do valor e do capital, tornam possível identificar, mesmo que em meio a aspectos contraditórios e ambivalentes, a presença de valores como a solidariedade, cooperação, apropriação coletiva de meios de produção, priorização do valor de uso, fortalecimento de diferentes instâncias de autogestão. A prática da autogestão (ou o seu aprendizado) norteia, para nós, não só a relação entre os trabalhadores dentro das iniciativas econômicas, mas também as relações internas ao Programa e as que se estabelecem entre ela e as comunidades e iniciativas parceiras, em um processo contínuo (e árduo) de construção de um outro modo de convivência entre saberes de origem acadêmica e popular e, em consequência, da subversão da hegemonia do trabalho individualizado e competitivo, estimulando-se o trabalho coletivo como processo educativo, politizador e libertário (Freire, 1987). Desta forma, procura-se tomar o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, em diálogo transversal, permanente e contínuo, encarando-se o desafio de,

como sugere Edgar Morin (1997), desvencilhar esta tríade, o máximo quanto possível, da malha hierárquica e burocracia comuns às organizações complexas e empresariais convencionais.

Nesse sentido, conferimos à ideia de *incubação* o sentido de um processo político, prático-educativo de organização e acompanhamento sistêmico ou assessoria a grupos de pessoas interessadas no processo econômico popular e solidário e, sobretudo, amparado em diálogo aberto, interativo entre sujeitos trabalhadores e estudiosos dos processos educativos envolvendo ciência, conhecimentos diversos, sujeitos trabalhadores em atividades variadas e formações diversas no processo de trabalho para a reprodução da vida.

É a partir de tais pressupostos que se vem construindo, nos últimos anos, a relação entre a IEPS e a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande. Ela tem sua história ligada à Lagoa que lhe dá nome, que, já em fins do século XIX, atraiu pessoas que se desvencilharam da escravização, já que certamente a água facilitava a convivência com o clima semiárido da região. Foi também a destruição paulatina da lagoa³, a partir de meados da década de 1960, em um contexto histórico de reconfiguração econômica da região, tanto urbana (industrialização) quanto rural (agronegócio), (marcada, no que interessa a este caso, pela mercantilização das terras, uso privatizado dos bens naturais e intervenções do poder público), que fez despontar um processo de organização comunitária, necessário às lutas pela possibilidade de permanência e reprodução da existência naquele local. É deste tempo a criação da Associação Comunitária Maria Quitéria – ACOMAQ, segunda mais antiga associação comunitária rural do município, que dá seus primeiros passos já em 1972 e se formaliza em 1974. Em 2020, a organização altera sua denominação para Associação *Quilombola* Comunitária de Maria Quitéria – AQCOMAQ, ato que reflete outra sucessão de lutas que se desenrolam, já a partir da primeira década do século XXI, sendo a Lagoa Grande a primeira do município a obter da Fundação Cultural Palmares, em 2007, o reconhecimento como *comunidade remanescente de quilombo*⁴.

³ Remetemos ao documentário *Guardiões da Lagoa*, dirigido por Adriana Pedreira de Souza, e realizado pela equipe do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – Interdisciplinar da UEFS a partir de projeto desenvolvido em escolas da Comunidade da Lagoa Grande, e com o apoio da TV Olhos D'Água, da UEFS (2018).

⁴ Foi a Constituição Federal de 1988 a primeira norma jurídica a fazer menção a esta espécie de arranjo comunitário (afirmando, no art. 68 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”), tipicamente brasileiro, e que tem sua configuração ligada a longa história de escravização dos povos originários e dos africanos para cá trazidos.

A aproximação entre a IEPS-UEFS e a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande foi se construindo paulatinamente, a partir de contatos pontuais de integrantes da equipe com lideranças ou trabalhadores (as) da região. Em 2013 a IEPS iniciou os projetos Cantinas Solidárias, em que se desenvolve a incubação de iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Popular e Solidária em duas cantinas da Universidade, transformadas em espaços pedagógicos da Incubadora. No final de 2015, na terceira versão do projeto, foi selecionado o grupo *Sabores do Quilombo*, formado por trabalhadoras da Lagoa Grande. Desde então, o grupo produtivo, formado por 12 mulheres, produz e comercializa lanches na cantina do módulo I da UEFS, participando do processo de incubação com a IEPS, o que vem tornando possível o estreitamento entre o Programa e a Comunidade sob diversos aspectos, que serão apresentados no primeiro capítulo deste texto.

A reconstituição dos caminhos que aproximaram a equipe da IEPS e a Comunidade é, então, seguida por reflexões sobre os possíveis papéis que podem ser assumidos pela Academia no que entendemos ser um processo de produção local e comunitária de um *outro* desenvolvimento, que igualmente pode proporcionar a reconfiguração do sentido e dos usos do que chamamos de ciência.

Parte-se, dessa forma, de uma experiência concreta de interação entre Academia e Comunidade, situada a meio caminho entre pesquisa e extensão, para pensar o desenvolvimento comunitário, para além de um pressuposto teórico, enquanto construção coletiva, em que se subordina a abstração teórica às determinações e escolhas impostas pelo movimento contraditório da vida que acontece para além dos limites da Universidade.

Derrubando os muros entre a universidade e a comunidade

As relações estabelecidas entre a UEFS e a Comunidade de Lagoa Grande iniciam-se, em verdade, muito antes da criação da IEPS, em 2008. O processo do qual resultou a formalização da Associação Comunitária, por exemplo, na década de 1970, teve a contribuição fundamental do Movimento de Organização Comunitária – MOC, especialmente na figura de um dos seus fundadores, o então padre Antônio Albertino Carneiro. A história do MOC entrelaça-se por sua vez com a da UEFS⁵, já que contribuíram com o MOC – e com os processos de organização da Comunidade – diversos de seus

⁵ Sobre a história do MOC em Feira de Santana, consulte-se Gibson, 2005.

professores, a exemplo do próprio Albertino Carneiro, Naidson Baptista, José Jerônimo e Ildes Ferreira. A proximidade física da Comunidade Lagoa Grande do campus da UEFS (afastados por apenas 12 km) pode explicar também o envolvimento de professores e estudantes em atividades de extensão e pesquisa no local. Destaque-se, ainda, a existência de vários graduandos da Comunidade nos cursos da UEFS, especialmente em razão da política afirmativa de reserva de vagas para quilombolas, iniciada em 2007. No que diz respeito à IEPS, em particular, registramos, já em 2011, em reuniões realizadas para pensar a criação de uma feira livre no campus da UEFS, a presença de representantes da AQCOMAQ. Mas, como dito, as companheiras do grupo Sabores do Quilombo, participando do processo de incubação desenvolvido no Projeto Cantinas Solidárias, representam o momento inicial do processo de aprofundamento de nossa relação com a comunidade.

O encontro com o grupo Sabores do Quilombo tem significado para a Incubadora um aprendizado intenso, especialmente no que diz respeito ao refinamento do que temos denominado de pesquisa participante (Pita, 2020). Foi com o Sabores do Quilombo que nos tornamos capazes perceber mais claramente a importância da construção de laços com a comunidade no trabalho com os grupos produtivos. Embora esta fosse uma certeza teórica, e um esforço consciente nos projetos anteriores, a transposição da intenção para a prática da pesquisa e extensão é uma construção lenta, difícil, com muitos obstáculos.

O grupo Sabores do Quilombo e a Comunidade de Lagoa Grande têm sido especialmente importantes para este aprendizado coletivo em vista de um conjunto multifatorial a ser considerado: trata-se da primeira comunidade quilombola a obter certificação no município de Feira de Santana, com uma história de organização popular para lutas coletivas que inclui, como dissemos, a segunda mais antiga associação comunitária rural de Feira de Santana e, sobretudo, com o signo da resistência que marca os quilombos da região; conta com lideranças construídas nas lutas travadas em defesa da lagoa em torno da qual a comunidade nasceu e da garantia do acesso à terra e por um grupo mais jovem de pessoas que conseguiram avançar na educação escolar, sobretudo após a adoção de políticas afirmativas pelas universidades públicas brasileiras, e hoje contribuem para a organização política da comunidade.

O trajeto que vem sendo construído com o Sabores do Quilombo foi produzindo uma série de demandas, originadas do diálogo entre a Comunidade e a IEPS, que vem sendo capazes de lançar novas luzes sobre

dois aspectos especialmente tormentosos da pesquisa participante, certamente imbricados entre si: a relação entre o conhecimento científico e o popular e a concretização da *participação* que dá nome à metodologia. Os dois aspectos estão, por certo, claramente imbricados.

Nas descrições teóricas das metodologias participativas figura de costume uma fase inicial de prospecção, cuja efetividade está sempre sob risco diante do “muro” que divide os “de dentro” e os “de fora”: cor da pele, modos de vestir, falar, colocar-se enquanto corporeidade no espaço são alguns dos elementos que alimentam esta “dualidade ontológica escravagista”, no dizer de Luiz Eduardo Soares (2019), forjada na brutalidade da escravidão que assolou este país por tantos séculos. Entre os efeitos desta dupla ontologia que atravessa a sociedade brasileira estariam as ambiguidades que caracterizam nossa sociedade. São já clássicas as leituras que apontam, de um lado, hierarquia e autoritarismo e, do outro, individualismo igualitário – bem representados no “você sabe com quem está falando” (Damatta, 1997) – ou na “cordialidade” com que Sérgio Buarque de Holanda (2014) nomeou a informalidade nas relações e ritos da sociabilidade brasileira, permeados do patrimonialismo e personalismo que mediam as nossas desigualdades extremas. Muito embora considerados aqui com muitos grãos de sal⁶, estes elementos têm força heurística para pensar o quão delicado é este processo de aproximação que se pretende na pesquisa participante.

Neste mundo dividido, diz Soares, a *suspeita* é um elemento central:

A persistência da *suspeita* é tão dolorosa e corrosiva porque não diz respeito apenas ao Outro, mas a si mesmo pela mediação do Outro: se o mundo em vigência nega até aos herdeiros dos escravos sua humanidade – em função da permanência do racismo e das desigualdades extremas – identificar-se com ele, pertencer a ele, compartilhar sua natureza pode levar à descoberta da própria desumanidade. Nas palavras [...] de Viveiros de Castro sobre uma situação estruturalmente análoga: ‘Tudo é perigoso: sobretudo quando tudo é gente, e nós talvez não sejamos’ (2019: 68).

A *suspeita* é sempre um obstáculo à sinceridade do encontro entre nós, da universidade, e os grupos com

⁶ A suposta cordialidade das relações de classe no Brasil, a que também se relaciona o mito de nossa *democracia racial* (Freire, 1967), tem efeitos de longa duração no enevoamento do racismo estruturante de nossa sociedade, assim como do rosário de lutas que preenchem a história dos/as subalternizados/as no Brasil.

os quais desejamos compartilhar perguntas e o esforço de respondê-las. E ela se dá em mão dupla, porque todos/as somos atravessados/as pelo mesmo muro e perdemos partes de nossa humanidade nesse processo de ser-e-não-ser, dialeticamente, opressores e oprimidos⁷. Afinal, há sempre a tentação de sucumbir à presunção de que, uma vez ultrapássemos o muro (ou já começemos do seu lado privilegiado), o que fica do outro lado é descartável, é passado, precisa ser “superado” (pelo conhecimento, pelo “progresso”, pelo “desenvolvimento”). As nossas escolhas concretas, gestos, falas, movimentos muitas vezes traem a nossa convicção abstrata de que “a teoria não se eleva sobre o combate, mas simplesmente, é parte da articulação de nossa existência cotidiana de luta. Não olha a sociedade de cima, mas é parte da luta cotidiana pela emancipação, golpeando as formas que negam nossa subjetividade” (Holloway, 2003: 157).

O tempo é outro elemento importante nesse processo de aproximação e identificação. Mesmo que hoje já contabilizemos cerca de cinco anos de reuniões, oficinas, rodas de conversa, viagens, festas, ainda há silêncios e desconfiança que teimam em permanecer, a despeito do grande estreitamento conquistado. Mas, já nos olhamos nos olhos com mais facilidade, ouvem-se vozes firmes e opinativas vindas dos dois lados, trocamos afeto e lembranças dos momentos que vivenciamos juntos/as, mesmo que os avanços não sejam lineares. Mostra-se o quanto é necessária a construção de um tempo conjunto, pois também pelo tempo estamos separados, por razões diferentes – os de cá, vencidos/as pela razão do tempo do relógio⁸ (e dos editais e prestações de conta...), os de lá, “destemporalizados”, como disse Paulo Freire (1967, p. 109), porque se lhes nega uma integração no tempo hegemônico. Fernando Rabossi, pensando sobre *desconfiança* no trabalho de campo antropológico, pontua que “a confiança não é uma coisa que se ganha e se tem, mas um processo que se constrói ‘em relação’ e é testada de forma regular ao longo do tempo” (2015: 290).

⁷ “Toda relação de dominação, de exploração, de opressão já é, em si, violenta. Não importa que se faça através de meios drásticos ou não. É, a um tempo, desamor e óbice ao amor. Óbice ao amor na medida em que dominador e dominado, desumanizando-se o primeiro, por excesso, o segundo, por falta de poder, se faz coisas. E coisas não se amam. De modo geral, porém, quando o oprimido legitimamente se levanta contra o opressor, em quem identifica a opressão, é a ele que se chama de violento, de bárbaro, de desumano, de frio [ou de desconfiado, como acabo de fazer acima]. É que, entre os incontáveis direitos que se admite a si a consciência dominadora tem mais estes: o de definir a violência. O de caracterizá-la. O de localizá-la. E se este direito lhe assiste, com exclusividade, não será nela mesma que irá encontrar a violência. Não será a si própria que chamará de violenta. Na verdade, a violência do oprimido, ademais de ser mera resposta em que revela o intento de recuperar sua humanidade, é, no fundo, ainda, a lição que recebeu do opressor [na qual está, ainda, a lição do não confiar]. Com ele, desde cedo, como salienta Fanon, é que o oprimido aprende a torturar. Com uma sutil diferença neste aprendizado – o opressor aprende a torturar, torturando o oprimido. O oprimido, sendo torturado pelo opressor (Freire, 1967: 49-50).

⁸O domínio do tempo pelo relógio é parte central do avançar do domínio do capitalismo e de seu resultante modo de vida, como nos lembra E. P. Thompson (1998).

O começo aconteceu, como já dissemos, com o grupo de 12 mulheres da Comunidade, em 2016. Mas a definição da composição do grupo, em sua formação completa, no entanto, foi precedida de reuniões com a Comunidade da Lagoa Grande, mediadas pela AQCOMAQ (na figura 1, um registro de um destes momentos).

Figura 1 – Sede da AQCOMAQ, reunião de apresentação do Projeto Cantinas Solidárias (Lagoa Grande, 19.04.2016)



Fonte: acervo da IEPS-UEFS (2016)

A partir daí vários outros movimentos foram sendo produzidos, às vezes por iniciativa da equipe da IEPS, às vezes por sugestão da comunidade e suas lideranças, às vezes sem que, ao final, se pudesse saber ao certo de qual dos lados partiu a ideia. Na Figura 2, uma tentativa simboliza graficamente estes diversos movimentos:

Figura 2 – Encadeamento de atividades de pesquisa e extensão a partir do processo de Incubação do grupo Sabores do Quilombo



Fonte: Pita, 2010.

O estreitamento do contato com a Comunidade, a partir das trabalhadoras do Sabores e das atividades com a AQCOMAQ tornaram possível a participação de alguns(mas) de seus(uas) agricultores(as) (inclusive as próprias integrantes do grupo da cantina) na *Feira de Saberes e Sabores*, outro projeto de extensão da IEPS que consiste em uma feira livre realizada no campus da Universidade⁹. Esta participação – especialmente com produtos derivados da mandioca, de ótima qualidade – ajudou a impulsionar o projeto. Tanto a Feira quanto a Cantina nos mostravam, por outro lado, que havia um potencial produtivo invisibilizado na região, o que impulsionou, em 2017, o levantamento realizado por bolsistas de iniciação científica da Incubadora, por meio de visitas e entrevistas a 106 moradores/as da comunidade da Lagoa Grande¹⁰. As informações reveladas pela pesquisa vêm sendo divulgadas na própria comunidade e servido de base para outras ações, como a identificação de produtores/as para a edição da Feira de Saberes e Sabores realizada na própria Lagoa Grande, durante os festejos do *Novembro Negro* de 2019¹¹; planos de trabalho de iniciação científica acerca do cultivo de mandioca (Brandão, 2020) (Carvalho, 2019), do aproveitamento de semestres crioulas (Araújo, 2020), do cultivo e uso de plantas medicinais na Comunidade (Soares, 2020); ou o plano de iniciação extensionista, iniciado em 2020 por um estudante de Engenharia de Alimentos, quilombola da Lagoa Grande, que visa a estruturação de um mercado/feira local comunitária (Ferreira, 2020).

Em 2017 fomos convidados pela AQCOMAQ a participar das reuniões de planejamento do mencionado Novembro Negro (que já chegava ali a sua 5ª edição), o que vem ocorrendo ano a ano desde então¹². O Novembro Negro tem representado um momento importante de aglutinação de lutas, reconhecimento comunitário e, em especial, integração dos mais jovens à Associação e às pautas reivindicatórias da comunidade. Destacamos, neste sentido, o ato realizado na edição de 2020¹³, por meio do qual foram

⁹ O projeto teve início em 2016, quando as edições da Feira eram ainda espaçadas e irregulares. A partir de 2019 elas passaram a ser semanais e em um lugar fixo, no canteiro central do campus da UEFS. Desde o início da pandemia da Covid19, com a suspensão das atividades presenciais do campus, também a Feira se manteve interrompida até o momento.

¹⁰ O resultado parcial deste trabalho encontra-se em Lopes et al., 2018

¹¹ Esta foi uma ação integrante do projeto “Feira Livre e Itinerante como elemento central para o processo de desenvolvimento, replicação, aperfeiçoamento e avaliação de tecnologias sociais”, que previa a realização de edições “itinerantes” da Feira de Saberes e Sabores. O mês de novembro concentra muitas atividades em torno das lutas por igualdade racial, já que o dia 20 deste mês é considerado oficialmente o Dia Nacional da Consciência Negra, correspondendo ao dia atribuído à morte, em 1695, do líder negro Zumbi dos Palmares (figura que faz parte da história de lutas do mais conhecido quilombo brasileiro, Palmares, localizado onde hoje se encontra o Estado de Alagoas).

¹² Sobre esta experiência, vide Pita, 2019.

¹³ Esta foi a única atividade presencial do evento, que aconteceu majoritariamente de forma virtual. Para tornar possível a

produzidas placas de identificação da Comunidade Quilombola, e destinadas a alertar para a necessidade de proteção da lagoa, que foram afixadas no local em meio a um ato político, com falas, conclamação para lutas e rememoração das tradições da comunidade (IEPS-UEFS, 2020) (Figura 3).

Figura 3 – Ato político de afixação de placas na Lagoa Grande.
Comunidade Quilombola da Lagoa Grande, 21.11.2020



Fonte: IEPS-UEFS, 2020

Em 2019, o estreitamento entre a IEPS, a AQCOMAQ e as lideranças da comunidade ainda contribuiu para a criação do Grupo de Trabalho Conflitos Socioambientais¹⁴, ao lado de estudantes da UEFS

realização da atividade, a AQCOMAQ acabou por criar um canal próprio no *Youtube*, onde podem ser acessados os vídeos produzidos durante o Novembro Negro, mas que, para além disto, tem representado um veículo interessante de comunicação, fortalecimento e reconhecimento comunitário – especialmente, como ponte entre a juventude e os(as) mais velhos(as).

¹⁴ Instituído formalmente por ato normativo da UEFS, é formado por professores e estudante da UEFS, do Instituto Federal da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Universidade do Estado da Bahia, contando também com a participação em suas ações de representantes de diversas comunidades quilombolas dos municípios de Feira de Santana e Antônio Cardoso e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Feira de Santana-BA – SINTRAF FEIRA, tendo como objetivo impedir e/ou amenizar os possíveis impactos decorrentes da execução de projetos, empreendimentos e planos que impliquem em pressões fundiárias, danos ao meio ambiente e à saúde física e psíquica de comunidades tradicionais, trabalhadores e trabalhadoras rurais e seus modos de fazer, criar e viver.

originários/as de diversas comunidades quilombolas da região, afetados por graves problemas relacionados à urbanização de seus territórios e, em especial, ao projeto de construção de uma Linha de Transmissão de energia elétrica em alta tensão, que, em tese, afetará diretamente a Comunidade de Lagoa Grande e diversas outras comunidades quilombolas e rurais da região. A partir do “GT”, têm sido realizadas reuniões com associações rurais, com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Feira de Santana-BA (SINTRAF Feira), com outras diferentes autoridades (Secretários municipais, Bispo, Pastores etc.), para divulgação do problema e organização da luta, elaboração de ofícios, de textos informativos, eventos acadêmicos na Universidade, audiência pública na Câmara de Vereadores de Feira de Santana. Tudo isto tem, igualmente, contribuído para intensificar a convivência, a confiança e os laços afetivos entre integrantes da IEPS e lideranças da Comunidade.

Foi neste contexto, também em 2019, que a IEPS foi contactada pela COOBAF/FS – Cooperativa de Beneficiamento da Agricultura Familiar de Feira de Santana, que solicitava nossa ajuda no que diz respeito a sua organização jurídica e de trabalho. A Cooperativa é integrada por produtores (as) de diferentes comunidades rurais de Feira de Santana, com sede na Lagoa Grande. Em sua constituição, no ano de 2012, identifica-se a participação central de lideranças da Lagoa Grande, nomes ligados às lutas sindicais dos(as) trabalhadores(as) rurais que vêm desde os anos de 1980. De lá para cá, temos realizados atividades conjuntas, prestado assessoramento técnico (inclusive jurídico) e um dos integrantes da IEPS hoje desenvolve pesquisa de doutoramento em que, sempre sob a lógica de pesquisa participante, investiga a iniciativa e respostas para os problemas por ela pautados.

Outra atividade que desenvolvemos entre 2019 e 2020 foi a participação, mais uma vez a convite da AQCOMAQ, nas discussões para a alteração do estatuto social da Associação. A alteração foi registrada em março de 2020, depois de quase um ano de diferentes versões do texto escrito e longas e participativas reuniões da Associação. A alteração do nome da entidade, incluindo-se o adjetivo *quilombola*, foi um dos significativos resultados deste processo, que foi conduzido por José Raimundo dos Santos e Isabel de Jesus Santos, associados cuja participação nas lutas da Associação tem sido muito importante (ambos têm formação universitária e Isabel Santos é hoje professora do curso de Educação do Campo no campus de Feira de Santana da UFRB). É cheio de potencialidades o significado simbólico da alteração, consolidando lutas do passado e anunciando novas trajetórias.

Este longo, variado e trabalhoso (mas também prazeroso) trajeto não é fruto de um “plano” cerebrino e racional da Incubadora e seus/as pesquisadores/as. Se há algo premeditado entendemos ser apenas a intenção da construção do caminho de aproximação que torne possível o diálogo horizontal entre os(as) envolvidos(as). Pesquisando sobre o mundo do trabalho popular, como é o nosso caso, parece-nos fundamental o acesso aos espaços de sociabilidade para além do trabalho em sentido estrito, onde se entende que ele pode, de fato, ser compreendido e, assim, transformado.

Incubadoras universitárias e lutas por transformação social: refletindo sobre desenvolvimento

As incubadoras universitárias voltadas para a organização do trabalho coletivo popular e autogestionário aparecem no Brasil em um momento de forte discussão do papel da universidade (especialmente das universidades públicas), que jogava luzes sobre a extensão universitária – Ana Dubeux (2007) fala em uma “nova onda da extensão” a partir do final dos anos 1980, colocando na berlinda o problema do descompromisso da produção do conhecimento acadêmico com a questão social, no embalo da abertura democrática pós-ditadura. A partir de 1985, torna-se possível a eleição direta dos reitores das universidades públicas, outro elemento a estimular o engajamento político e social que é característico da extensão (Dubeux, 2007), enquanto a Constituição Federal de 1988 é a primeira da história brasileira a fazer menção expressa ao “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (art. 207). Desde então, as Incubadoras têm significado, sobretudo no âmbito das Universidades públicas¹⁵, espaços de encontro entre extensão e pesquisa. Ao mesmo tempo também se mostram espaços contraditórios, que ainda ensejam discussões em torno de práticas acrílicas de *extensão*, já que a desconstrução da ideia de “transferência” de saberes que está inscrita semanticamente na própria palavra que a designa (Freire, 1979)¹⁶, certamente não é tarefa simples.

¹⁵ Relatório de avaliação do Programa de Incubadoras de Cooperativas Populares - Proninc, relativo ao período de 2016-2017, indicava, a partir de uma amostra de 64 incubadoras de cooperativas populares, que elas se distribuem “predominantemente nas regiões Sudeste (27%), Sul (26%) e Nordeste (24%). Com menor participação estão as regiões Centro-Oeste (16%) e Norte (7%). Há que se notar que apenas 35% encontram-se em capitais ou regiões metropolitanas, ao passo que o restante (65%) está instalado no interior de seus estados, o que indica uma boa capilaridade do programa. Já no que tange ao ambiente institucional, metade das Ites estudadas localizam-se em universidades federais, sendo seguidas pelas universidades estaduais (19%), pelos institutos federais/centros federais de educação Tecnológica (Cefets) (14%), pelas instituições privadas (11%) e pelos parques tecnológicos (3%)” (Perissé et al., 2017, p. 134).

¹⁶ “[...]em seu ‘campo associativo’, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanismo, invasão cultural, manipulação etc.” (Freire, 1979: 22).

A metáfora implícita na palavra “incubadora” (pensemos nos bebês prematuros que são abrigados por elas nos hospitais), aliás, faz lembrar a crítica freiriana: ela estimula a ideia de uma via de mão única entre “incubadores” e “incubados”: aqueles, proteção, força, solução; estes fragilidade, dependência, carência. O modelo das “incubadoras”, aliás, pode ser relacionado, em sua origem, às “incubadoras de empresas” norte-americanas, concebidas como uma ponte entre universidades e mercado, no sentido de estímulo à atividade empresarial, de inspiração marcadamente liberal. Pode-se ainda encontrar, por vezes, alguma aproximação entre o modelo e a lógica do “governo moral dos pobres”, voltada ao amortecimento de tensões sociais de modo funcional ao capital, que permanece presente a despeito da transição desde “uma compaixão vitimizadora (o pobre que recebe ajuda) à atenção paternal (o vulnerável que é ajudado a se ajudar e que é protegido enquanto continua frágil)” (Lautier, 2014: 468).

Por outro lado, o aparecimento simultâneo destes diferentes tipos de incubadoras (foi o que aconteceu, por exemplo, no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro [Coope/UFRJ], berço da primeira Incubadora universitária popular, fundada em 1995, que também havia criado, um ano antes, sua incubadora de empresas) indicia que as “outras” incubadoras acabaram por se constituir em uma porta de entrada, no espaço tradicionalmente elitista do ensino superior brasileiro, de questões e pautas das lutas populares pelo trabalho. Isto não é pouco, considerando o quão fechado são os espaços acadêmicos a tais demandas – especialmente quando vão além da elocubração teórica, em proveito de uma aproximação empírica e politicamente situada da realidade das classes populares:

[...] o estado liberal e o neoliberal abandonam essa ideia de proteção, principalmente, formativa e com interações de saberes populares e educação popular, notadamente sobre os pequenos negócios, os da agricultura familiar e de trabalho e produções associadas e coletivas (essas nunca tiveram esse tipo de proteção), em detrimento de ter toda universidade privada produzindo diretamente integrando o mercado, inclusive, a educação que outrora fora direito, tornando-a recentemente um serviço, comprado e vendido no mercado como outro qualquer. É neste contexto que as incubadoras populares atuam dentro das universidades públicas e assumem um papel contra-hegemônico em favor do trabalho e dos trabalhadores por vias de uma outra economia como estratégia para o desenvolvimento local (Lima, 2017)

A IEPS é fruto deste contexto e convive com tais ambiguidades. Ao longo de seus mais de dez anos de existência vivenciou a ascensão das políticas públicas em torno da chamada Economia Solidária (parte do que foi, inclusive, o estímulo à criação das incubadoras deste tipo), durante os governos petistas, assim como seu ocaso extremo – representado pela extinção do próprio Ministério do Trabalho, no primeiro ano do Governo de Jair Bolsonaro (2018), cuja estrutura era integrada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (extinta por sua vez, ainda em 2016, no Governo de Michel Temer).

A complexidade do cenário sócio-político e econômico, os duros ataques sofridos pela classe trabalhadora nos últimos anos, do qual resultam cada vez mais precariedade e exclusão, multiplicam questões e tornam ainda mais desafiador o caminho por respostas.

Para pensar nas respostas possíveis, quando a questão gira em torno de uma ciência socialmente referenciada nas classes populares, a palavra *desenvolvimento* tem feito parte do léxico das ciências sociais, sobretudo na América Latina. Aparecerá corriqueiramente na formulação dos objetivos de pesquisadores e extensionistas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

Na América Latina e, para o que nos interessa diretamente, no Brasil, a disseminação do seu uso acadêmico e, a partir dele, no léxico das políticas públicas, exige ser compreendida sob uma perspectiva crítica, contextualizada econômica e politicamente sobretudo com o nosso passado colonial. Ela revela, então, a relação entre o discurso desenvolvimentista e a extensão no tempo do processo colonizatório, no que Aníbal Quijano denominou de *colonialidade*: a permanência, no imaginário dos povos submetidos à dominação europeia, de um *standard* valorativo que privilegia o ideário eurocentrado de leitura do mundo como uma totalidade homogênea e hierarquicamente arranjada, ancorada em noções como *modernidade* e *progresso*: *Nada sorprendente, en consecuencia, que la historia fuera concebida como un continuum evolutivo desde lo primitivo a lo civilizado; de lo tradicional a lo moderno; de lo salvaje a lo racional; del precapitalismo al capitalismo, etc. Y que Europa se pensara a sí misma como espejo del futuro de todas las demás sociedades y culturas; como el modo avanzado de la historia de toda la especie* (Quijano, 1992: 446).

O parâmetro desenvolvimentista, muito embora dificilmente possa se desvencilhar de tal pecado original, tem sido revisto nas últimas décadas, em um processo impulsionado seja pela massa crítica já produzida pelas Ciências Sociais e Filosofia latino-americanas (do que Quijano e o que se denominou grupo

Modernidad/Colonialidad¹⁷ são apenas um exemplo), seja pelo adiamento permanente dos proveitos que as promessas de desenvolvimento anunciavam. Muito ao contrário, o que tem sido possível verificar é a extensão de problemas antes atribuídos aos países “subdesenvolvidos” (sobretudo a disseminação de formas precarizadas e “informais” de trabalho) às economias centrais¹⁸.

A crítica ao conceito de desenvolvimento oscila entre posições conciliatórias que, adjetivando-o, apostam em “um outro” desenvolvimento (desenvolvimento *sustentável* ou *durável*; desenvolvimento *humano*; desenvolvimento *de base*; desenvolvimento *local*, *etnodesenvolvimento*) e posições mais radicais, que propugnam o seu descarte, com vistas a um *pós-desenvolvimento* (Escobar, 2005), em que situaríamos, por exemplo, a ideia de *decrecimento*, em Sergio Latouche (2009) ou a proposição de conceitos alternativos como *Bem Viver*, *Ubuntu* ou *Noflay* (Amaro, 2017). Em diferentes aspectos o conceito é objeto de crítica: seu acentuado economicismo; seu atrelamento, por conseguinte, a uma perspectiva disciplinar e segmentada da realidade, que despreza fatores e elementos que fogem à régua do progresso econômico no sentido estrito e quantitativo; a desconsideração, em especial, do elemento da autonomia política, sobretudo considerando-se o papel funcional que o subdesenvolvimento ocupa nas dinâmicas globais de subordinação; o descompromisso com as pautas ecológicas; o problema escalar da desconsideração das dinâmicas locais de reprodução da vida, seus valores, suas peculiaridades éticas – o que envolve a própria reconfiguração decolonial da ideia de *progresso*¹⁹.

Para além da discussão teórica, no entanto, parece-nos importante acentuar o quanto a palavra *desenvolvimento* é ainda eloquente para os(as) trabalhadores(as) com quem compartilhamos nossas

¹⁷ Vide Arturo Escobar, 2003.

¹⁸ Em 2015, confirmando esta análise, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluía, ao tratar das “*Perspectivas sociales y del empleo e nel mundo*”, que o “modelo standard de emprego” se mostrava em decréscimo não só nas “economias emergentes e em desenvolvimento”, sendo também “cada vez menos predominante nas economias avançadas” – menos de um em cada quatro trabalhadores no mundo corresponderiam hoje ao modelo que serviu de parâmetro para as discussões em torno da informalidade (OIT, 2015).

¹⁹ Pertinentes sínteses histórico-críticas do conceito de desenvolvimento em Raul Gonzalez (2013) e Rogério Roque Amaro (2017).

atividades. O que os(as) reúne em torno de objetivos comuns se mostra para nós como uma necessidade de movimento, de um modificar o estado de coisas atual, de remover obstáculos. “Lutamos por nosso desenvolvimento e a Incubadora está de nosso lado”, consta em registro de campo, do ano de 2019.

Seria legítimo desconsiderar esse anseio da Comunidade, a partir das críticas teóricas? Como fazê-las dialogar com o uso concreto da simbologia do desenvolvimento, pela Comunidade, respeitando, por um lado, seus anseios e lutas e, por outro, mantendo o olhar atencioso da crítica?

Em primeiro lugar, considerando o contexto socioeconômico específico em que se insere a Comunidade de Lagoa Grande, parece inevitável que a dimensão econômica assuma um lugar destacado no que ela parece esperar da Universidade. Trata-se de pessoas que experienciam, por gerações, as desigualdades profundas que marcam a sociabilidade brasileira, mantendo-se parte majoritária da população carente do atendimento das necessidades mais básicas, aquelas que compartilhamos com qualquer outro animal (comida, abrigo, saúde, proteção contra os riscos de morte presentes no meio físico e social). Assim, quando ouvimos de nossos(as) parceiros(as) que “queremos desenvolvimento”, fica evidente a centralidade de elementos que integram a dimensão *econômica* da vida humana: apropriação de meios de produção; capacitação para fazer a terra produzir com menos esforço humano e a despeito das carências do solo e da falta d’água; modos de fazer o fruto do trabalho resultar em atendimento daquelas necessidades humanas mais fundamentais (alimentação, moradia confortável, melhoria das formas de locomoção no espaço, acesso a serviços de saúde para as dores do corpo e da alma, proteção para os(as) descendentes crescerem saudáveis e capazes de perpetuar suas famílias). Este quadro de coisas torna inviável, por exemplo, mobilizar com proveito uma categoria como *decrescimento* (Latouche, 2009): não se trata de estabelecer limites ao crescimento contínuo e desenfreado, ou de pôr em questão o consumismo, pelo menos não de forma central. Para a Comunidade, a luta continua sendo um *crescimento* que lhes permita o acesso ao *suficiente* para uma vida digna.

A partir desse quadro revela-se para nós, por outro lado, a potência política e disruptiva de lutas que parecem, à primeira vista, apenas paliativas à pobreza e até mesmo funcionais às práticas econômicas hegemônicas. Entendemos necessário, assim, a partir do que observamos em nossas experiências com a Comunidade, relativizar a linha divisória que se costuma traçar entre lutas reivindicativas e políticas: com

Gutiérrez (2016: 176), entendemos que parece haver “*um solo lucha político-reivindicativa y [...] su vitalidad se basa no solo en la radicalidad de la demanda [...] sino ante todo en la cantidad y calidad de energía autodeterminativa y soberana que se despliega en la acción concreta para conseguirla*”. São disto exemplos algumas das mais comuns demandas da Comunidade à Incubadora: acesso a tecnologias para melhor aproveitamento da pouca água da região ou da capacidade produtiva dos pequenos lotes de terra das famílias; formação profissional para as mulheres e jovens; valorização e divulgação da produção local, tornando possível o escoamento comercial do que não é usado no consumo; orientação jurídica para remover obstáculos burocráticos às suas organizações.

Em um segundo momento, então, a história de lutas e de resistência da Comunidade contribui para complexificar o sentido do econômico, desvelando-se, a partir de sua práxis, o fato de que a nossa *humanidade*, embora se construa a partir das mesmas necessidades dos outros animais, produz, no processo de atendê-las, outros tipos de relações e de simbologias. No caso específico da Lagoa Grande, por exemplo, entram então em jogo questões como o racismo, o patriarcado, as dinâmicas políticas locais, o papel do Estado, o modo de uso dos bens naturais, o tipo de alimento que se escolhe produzir e consumir, as dinâmicas de encontro, troca de ideias e decisões da comunidade. Todos estes elementos estão imbrincados no propósito de “modificar o estado de coisas atual”, que parece assim tomar maior profundidade. São estes elementos que tornam possível configurar *outro* “estado de coisas” pelo qual lutar, que lança luzes sobre o tempo que ainda está por vir. É este o *sentido* que a palavra *desenvolvimento* parece assumir, então, quando é mobilizada pela Comunidade.

O que se tem evidenciado de forma cada vez mais sólida no nosso percurso ao lado da Lagoa Grande é a impropriedade de estabelecermos, “de fora”, que lutas e que demandas são legítimas. Contribuímos, é certo, com o olhar panorâmico que as totalizações teóricas podem nos permitir, sempre, no entanto, alertas para a tendência por sobrepujarmos com nossas “certezas” as escolhas que só podem ser legitimadas pelo vivenciar mesmo das experiências. Como nos faz refletir Raquel Gutiérrez,

[...] si las ‘masas’ son el sujeto de la historia, se de lo que se trata es de hablar de emancipación, más aún, de la autoemancipación de los hombres y mujeres concretos, vivos, de carne y hueso, que respiran, comen, temen, luchan y dudan, que se equivocan y se levantan, de lo que se trata no es de ‘dar línea’, reclutar y formar ‘cuadros’ al modo como se expande un culto religioso evangélico para ‘salvar’ almas, sino de unificar, de aprender, de

escuchar y promover posiciones concretas frente a todos los problemas prácticos inmediatos y estratégicos que se vayan presentando (2016: 46).

O que tem se chamado de “economia popular e solidária” no Brasil relaciona-se a um grande contingente de pessoas cuja energia, como na Lagoa Grande, é absorvida quase completamente na luta renhida para simplesmente *sobreviver*. São os/as protagonistas destas lutas que experimentam visceralmente a subvalorização de sua força de trabalho, o racismo, o machismo, os injustos arranjos geográficos do poder, o menosprezo ao conhecimento que produzem e acumulam, a destruição e expropriação dos recursos naturais – e, por isso, reúnem, de fato, as condições para guiar o processo do *fazer uma outra história*. Eis porque apostar no desenvolvimento das potencialidades do trabalho e na reapropriação social dos seus frutos como atividade política mais genuinamente revolucionária. Neste sentido, portanto, a categoria *economia popular e solidária* assume, para nós, o caráter de processo político educativo, menos economia e mais *socioeconomia plural*. A submissão ao reino da necessidade, como advertiu Marx (2017: 883), demonstra-se um obstáculo ao espaço da emancipação e autonomia que são lastro, a nosso sentir, de um além-capitalismo. Todo passo para suplantar tal submissão assume, desta maneira, algo de político-revolucionário, enquanto “*acto de autoafirmación íntimo e inmediatamente colectivo que transgrede, que impugna real y profundamente el orden social prevaleciente y, a veces, en germen, postula el embrión de una nueva socialidad*” (Gutiérrez, 2016: 171)

O nosso relato sobre o modo como se deu (e continua ocorrendo) o encontro entre a Comunidade Quilombola da Lagoa Grande e a IEPS pretendeu dar concretude, a partir dos caminhos que percorremos, à ideia de que as atividades que desenvolvemos partem da sua concepção enquanto espaço de articulação de saberes em interação, bem como de produção e socialização de conhecimentos diversos, técnico e científico para as iniciativas populares e solidárias. O que nos move é a intenção de contribuir para a viabilização de alternativas para a melhoria da vida dos sujeitos, estimulando a reflexão coletiva sobre que fatores representam, de fato, uma “melhoria”, ao passo em que o conhecimento produzido na Universidade é colocado a seu serviço. Para isto, o caminho tem sido a mobilização, articulação e acompanhamento de grupos populares não participantes do mercado formal de trabalho ou para quem o trabalho coletivo se apresentou como uma opção, a partir de suas específicas condições de sobrevivência

e arranjos sociais (como é comum acontecer nas chamadas comunidades tradicionais²⁰, de que as remanescentes de quilombos são exemplo). É a forma que temos encontrado de levar a sério o alerta de que “a doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias têm de ser transformadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado” – do contrário, “ela acaba por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima dela”, como prenunciou Marx, na terceira de suas “Teses sobre Feuerbach” (2002).

Dar ao que busca a Comunidade de Lagoa Grande o nome de *desenvolvimento* – ou *desenvolvimento local solidário*, como preferimos (Lima, 2016) – é fruto, então, das trocas que temos construído em horizontalidade, e que se curvam às palavras, aos desejos e práticas das lutas populares. A opção, no entanto, é feita em estado de alerta: cientes das perigosas implicações simbólicas que fazem parte de sua história, mas também sensíveis à apropriação do termo pelos sujeitos que o desejam protagonizar, e pelo papel político que as lutas por *desenvolvimento* podem ocupar em contextos de grandes carências econômicas. São estas lutas miúdas, que se fazem presentes na comezinha reprodução da vida, espaços privilegiados para o encontro entre o saber científico e popular, na produção “de baixo para cima”, a partir do local, do que sejam necessidades humanas, das estratégias de lutas para atendê-las, de formas autogestionárias e efetivamente democráticas de produção de sentido para vida humana.

Emprega-se *desenvolvimento*, portanto, acentuando o movimento dialético que constitui a ideia, plena de contradição, que dá forma ao conceito. Assim, por um lado, concordamos com Carlos Walter Porto-Gonçalves, ao pontuar que desenvolvimento é “o nome-síntese da ideia de dominação da natureza”, quando em seu conteúdo simbólico fica em destaque “tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria” (2012: 24). Neste sentido, *desenvolvimento* – considerando a negação que está contida no prefixo, na língua portuguesa – pode remeter à negação do *envolvimento* do homem com a natureza que o constitui, marca sem dúvida presente na história de imposição de um determinado tipo de desenvolvimento, atrelado às noções eurocentradas de progresso e modernidade.

²⁰No Brasil, há uma definição “oficial” para “povos e comunidades tradicionais”, constante do Decreto Federal n. 6.040, de 7.02.2000: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (art. 3º, I).

Dialecticamente, em contradição com esta primeira ideia, está o fato de que a etimologia da palavra *desenvolvimento* também permite dissecá-la de outro modo: desenvolvimento no sentido de “tirar o que envolve ou cobre, desembrulhar”, estendendo-se este sentido a “fazer aumentar ou aumentar a capacidade ou possibilidade de” (Houaiss & Villar, 2009: 649). Parece ir nesta direção a proposição de Rogério Roque Amaro:

Esta é uma palavra composta, “des-envolvimento” e quer dizer “a libertação dos ‘embrulhos’, envolvimentos e obstáculos, que impedem a afirmação e pleno desabrochar e florescimento de sementes e potencialidades, que estão ocultas, à espera de se realizarem”. Tal como as sementes lançadas à terra, que levam o seu tempo a desabrochar e a romper com a terra onde estão envolvidas e a vencer os obstáculos das ervas daninhas, das pedras e da terra mais dura, que vão encontrando pelo caminho. No que poderão ser ajudadas por “facilitadores” ou animadores, não para substituir o seu “élan”, ou para determinar a natureza e o sentido da sua afirmação e realização, mas para ajudar e animar o seu processo.

Esta alegoria é-me particularmente grata: [...] pelas esperanças de des-envolvimento que tenho semeado, testemunhado e apoiado em tantos projectos e experiências de... desenvolvimento alternativo, nomeadamente em processos de desenvolvimento comunitário, em que a palavra “desenvolvimento” não tem atrapalhado, nem sido um obstáculo, nem uma alienação, antes pelo contrário, tem sido uma motivação, um factor de emancipação e de libertação e um alicerce de Utopia (Amaro, 2017: 106).

O desafio, então, parece ser, diante do chamado dos(as) trabalhadores(as) para a contribuição em seu desenvolvimento, combinar criticamente ambas as reflexões, criando barreiras à constante tentação da *hibrys del punto cero*, no dizer de Santiago Castro-Gómez (2005)²¹ e, ao mesmo tempo, desenvolvendo

²¹ “[...] una de las consecuencias de la hybris del punto cero es la invisibilización del lugar particular de enunciación para convertirlo en un lugar sin lugar, en un universal. Esta tendencia a convertir una historia local en diseño global corre paralela al establecimiento de ese lugar particular como centro de poder geopolítico. A la centralidad de España, luego de Francia, Holanda, Inglaterra y los Estados Unidos en el sistema-mundo, corresponde la pretensión de convertir su propia historia local en lugar único y universal de enunciación y de producción de conocimientos. [...]. La historia del conocimiento, tal como es representada desde el punto cero, tiene un lugar en el mapa, una geografía específica. Asia, África y América Latina, al igual que en el mapa T-O de Isidoro de Sevilla, quedan por fuera de esta cartografía y no son vistas como regiones productoras sino consumidoras del conocimiento generado en los centros” (Castro-Gómez, 2005: 61).

formas de diálogo que nos façam capazes de eleger coletiva e originalmente as potencialidades que serão “desembrulhadas”.

Considerações Finais

O trabalho desenvolvido em parceria pela IEPS e pela Comunidade Quilombola de Lagoa Grande permanece “envolvendo-se”, dia após dia, com novas demandas, ideias, diferentes obstáculos que se reconfiguram no passo repetitivo de uma longa história de lutas.

O saber teorizado nos moldes da ciência convive com incongruências que o acompanham desde as suas origens, compartilhando com a ideia de *desenvolvimento* a mesma pauta de valores que uniformiza e unifica o sentido para o qual apontam as sociedades humanas. Refletir sobre o trabalho que desenvolvemos na IEPS implica, assim, pôr em questão tanto os nossos objetivos quanto as práticas da produção do que denominamos ciência, certos de que há um longo caminho de aprendizado, tão árduo quanto aquele que precisamos trilhar nas lutas contra a alienação, exploração e opressão que marcam a sociabilidade humana no tempo presente. Falamos, assim, de um caminho que aponta para a construção de uma *outra* incubadora – popular e contra-hegemônica –, parte de uma *outra* universidade, articulada de forma genuína com os movimentos populares e seu modo de perceber e escolher os caminhos de transformação social.

Muito embora necessária e pertinente a crítica ao paradigma do desenvolvimento, nos moldes nos quais é imposto a partir dos parâmetros eurocêntricos de modernidade e progresso, entendemos que a ideia de desenvolvimento não pode ser descartada, de plano. Ela ecoa simbolicamente nas experiências das lutas populares e apresenta-se, muitas vezes, como signo de transformação, concedendo sentido de força política a lutas pela dignidade do viver. Comer, abrigar-se, manter a saúde do corpo, garantir educação e trabalho assumem-se como objetivos legítimos e disruptivos, que se valem da simbologia do desenvolvimento, ao mesmo tempo em a remodelam. Um *desenvolvimento local e solidário*, portanto, que dialeticamente assume um vetor de movimento e crescimento, mas que contraditoriamente também se alimenta de limites impostos pela humanidade, no sentido denso de Bem Viver, de Comunidade, do humano-enquanto-natureza, e da Solidariedade.

Referências bibliográficas

Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Dis-Envolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 75-111

Araújo, J. da S. (2020) *Levantamento do uso e preservação de sementes crioulas na comunidade de Lagoa Grande para posterior criação de banco de sementes*. [Plano de Trabalho de Iniciação Científica]. Projeto de Pesquisa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

Brandão, K. da S. (2020) *Aproveitamento da manipueira por casas de farinha das Comunidades acompanhadas pela Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS*. [Plano de Trabalho de Iniciação Extensionista]. Programa de Extensão Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República. [2020]. Recuperado em 01 de julho de 2021 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 mai. 2020.

_____. (2020). *Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2000*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Recuperado em 01 de julho, 2021 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

Carvalho, L. dos R. (2019). *Desenvolvimento Local, Renda e Autonomia: a força da Mandioca no Circuito Econômico de Lagoa Grande* [Plano de Trabalho de Iniciação Extensionista]. Programa de Extensão Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

Castro-Gómez, S. (2005). *La hybris del punto cero*. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.

Damatta, R. (1997). Sabe com quem está falando? um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In DAMATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (pp. 179-248). Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Dubuex, A. (2007). O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. *Revista Proposta*, III, 4-15.

Escobar, A. (2003) *Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericana*. *Tabula Rasa*, 1, 51-86.

_____. (2005). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In Daniel Mato(coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización* (pp. 17-31). Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela.

Ferreira, J. E. dos S. (2020) *Mercado Comunitário: agricultura familiar e comunidade como motor socioeconômico*, João Eduardo dos Santos Ferreira. [Plano de Trabalho de Iniciação Extensionista].

Programa de Extensão Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1979). *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gibson, T. M. de J. (2005) *O MOC: Movimento de Conscientização Política durante a Ditadura Militar Brasileira na cidade de Feira de Santana-BA (1964-1979)*. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura e Bacharelado em História, Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

González Meyer, R. (2013). Revisitando la historia de las teorías del desarrollo. *CUHSO. Cultura-Hombre-Sociedad*, 23 (1), 55-91.

Gutierrez Aguilar, R. (2016). ¡A Desordenar!: por uma historia aberta de la lucha social. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limó; México: Pez en el árbol.

Holanda, S. B. de. (2014). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Holloway, J. (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo.

Houaiss, A., Villar, M. S. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS. (2020). Sobre sonhos, comunidade e luta: o VIII Novembro Negro da Comunidade Quilombola da Lagoa Grande. Feira de Santana, 22 nov. 2020. Recuperado em 22 de novembro, 2020 de <http://incubadorauefs.blogspot.com/2020/11/sobre-sonhos-comunidade-e-luta-o-viii.html>

Latouche, S. (2009). *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. São Paulo: Martins Fontes

Lautier, B. (2014). Governo moral dos pobres e despolitização das políticas públicas na América Latina. *Caderno CRH*, 27(72), 463-477.

Lima, J. R. de O (2016). Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. *OtraEconomia*, (18), 3-17. Recuperado em 01 de julho, 2021, de <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.01/5337>

_____ (2017). *Economia popular e solidária e desenvolvimento local: uma relação estratégica*. Feira de Santana, BA: Novas Edições Acadêmicas.

Lopes, A. C., Bastos, B. S., Silva, G. dos S., Teles, A. O., Lima, J. R. O. (2018). A relação de comercialização e agricultura familiar e economia popular e solidária: um estudo na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, Feira de Santana-Ba. Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo. Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS, 2., *Anais [...]*, Feira de Santana: UEFS. Recuperado em 02 de fevereiro, 2017 de <http://incubadorauefs.blogspot.com/p/publicacoes.html>

Marx, K. (2017). *O Capital: crítica da economia política – livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. (2002) Teses sobre Feuerbach. In Marx, K., Engels, F. *A ideologia alemã* (pp. 121-127). *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro.

Morin, E. (1997). Complexidade e ética da solidariedade. In: Castro, G et. al. (orgs). *Ensaio de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, p. 10-25.

Organização Internacional do Trabalho- OIT. *Perspectivas sociales y del empleo en el mundo*. Geneva: OIT, 2015.

Perissé, C., Addor, F., Melo, Í. de S., Maia, L., Perez, R., Oliveira, T. (2017). A avaliação do PRONINC 2017: metodologia e resultados. *Mercado de Trabalho*, 64, 130-139.

Pita, F. A. (2019). O Novembro Negro da comunidade quilombola da Lagoa Grande, Feira de Santana-BA: pensando o encontro entre a universidade e outros modos de conhecer. *Revista Educação Popular*, Uberlândia, 18 (3), 213-235.

_____ (2020). Com que roupa eu vou para o samba que você (não) me convidou? entre desventuras da personificação jurídica e insurgências das lutas pelo trabalho associado popular. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Porto-Gonçalves, C. W. (2012). *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro-São Paulo: Ed. Record.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. In BONILLA, H. (org.). *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas* (pp. 437-447). Santafé de Bogotá, Colombia: Tercer Mundo; Ecuador: FLACSO: LibriMundi.

Rabossi, F. (2015). Desconfianças, entendimentos e preconceitos: algumas reflexões do outro lado da fronteira. *Revista Antropolítica*, 29, 284-303.

Soares, B. dos S. (2020). *Fortalecimento do conhecimento tradicional de plantas medicinais, através da implantação de Farmácia Viva e realização de feiras na comunidade Lagoa Grande, atendida IEPS/UEFS*. [Plano de Trabalho de Iniciação Científica]. Projeto de Pesquisa Incubadora de Iniciativas da

Economia Popular e Solidária, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

Soares, L. E. (2019). *O Brasil e seu duplo*. São Paulo: Todavia.

Souza, A. P. de (Diretora). (2018). *Guardiões da Lagoa*. [Documentário]. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); TV Olhos D'Água da UEFS. Feira de Santana, UEFS, 2018. Recuperado em 14 de junho, 2019 de https://youtu.be/Z_xr3JTQzyg.

Thompson, E. P. (1998). *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras.